



**Santa Maria Energias Renováveis S.A.
(Companhia em fase pré-operacional)**

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2012 e de 2011**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstração dos resultados dos exercícios	6
Demonstração dos resultados abrangentes	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635
Salas 501 e 502 - Aldeota
60150-150 - Fortaleza, CE - Brasil

Telefone 55 (85) 3307-5100
Fax 55 (85) 3307-5101
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Santa Maria Energias Renováveis S.A. (Companhia em fase pré-operacional)
Maracanaú - CE

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Maria Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Maria Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

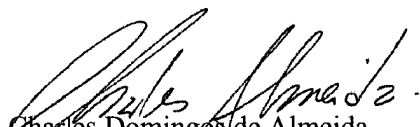
Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 (contexto operacional), a Companhia está em fase pré-operacional e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas e foram preparadas no pressuposto da continuidade normal de suas atividades. Dessa forma, a continuidade operacional está condicionada ao fato da Companhia estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica e lograr êxito nos processos de obtenção das licenças de instalação e ambiental para exploração de geração de energia elétrica, a serem emitidas pelos órgãos ambientais competentes, bem como os reflexos a serem propiciados por esta liberação, assim como o início da produção de energia elétrica e posterior entrega da energia contratada.

Outros assuntos

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 20 de julho de 2012, que não conteve nenhuma modificação.

Fortaleza, 5 de março de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6



Charles Domingos de Almeida
Contador CRC PR-039655/O-9

Santa Maria Energias Renováveis S.A.
(Companhia em fase pré-operacional)

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em Milhares reais)

Ativo	Nota	2012	2011	Passivo	Nota	2012	2011
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	31	11.194	Obrigações fiscais e sociais		<u>29</u>	<u>16</u>
Adiantamento a fornecedores	5	15.431	-				
Total do ativo circulante		<u>15.462</u>	<u>11.194</u>	Total do passivo circulante		<u>29</u>	<u>16</u>
Creditos com pessoas ligadas	6	1.437	-	Débito com pessoas ligadas		<u>39</u>	<u>-</u>
Despesas antecipadas		<u>53</u>	<u>-</u>				
Total do ativo não circulante		<u>1.490</u>	<u>-</u>	Total do passivo não circulante		<u>39</u>	<u>-</u>
				Patrimônio líquido			
				Capital Social	7	17.450	11.100
				Prejuizos acumulados		<u>(566)</u>	<u>78</u>
Total do ativo		<u>16.952</u>	<u>11.194</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>16.952</u>	<u>11.194</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Maria Energias Renováveis S.A.
(Companhia em fase pré-operacional)

Demonstrações dos resultados dos exercícios

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em Milhares reais)

	Notas	2012	2011
Despesas operacionais			
Despesas gerais ou administrativas	9	<u>(1.008)</u>	<u>(274)</u>
Prejuízo antes do resultado financeiro		<u>(1.008)</u>	<u>(274)</u>
Resultado financeiro			
Despesas financeiras		(8)	
Receitas financeiras	10	<u>662</u>	<u>411</u>
Lucro / Prejuízo do exercício antes do IRPJ e CSLL		<u>(354)</u>	<u>137</u>
IRPJ e CSLL		<u>(290)</u>	<u>(59)</u>
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		<u>(644)</u>	<u>78</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Maria Energias Renováveis S.A.
(Companhia em fase pré-operacional)

Demonstração do resultado abrangente em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em Milhares reais)

	2012	2011 (não auditado)
Resultado do exercício	(644)	78
Resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente do exercício	<u><u>(644)</u></u>	<u><u>78</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Santa Maria Energias Renováveis S.A.
(Companhia em fase pré-operacional)

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em Milhares reais)

	Capital subscrito	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010 (Não auditado)	10	(9)	-	1
Integralização do capital	-	9	-	9
Aumento de capital	11.090	-	-	11.090
Lucro líquido	-	-	78	78
Saldos em 31 de dezembro de 2011	<u>11.100</u>	<u>-</u>	<u>78</u>	<u>11.178</u>
Subscrição de capital	6.900	(550)	-	6.350
Resultado do exercício	-	-	(644)	(644)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>18.000</u>	<u>(550)</u>	<u>(566)</u>	<u>16.884</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Santa Maria Energias Renováveis S.A.
(Companhia em fase pré-operacional)

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em Milhares reais)

	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	<u>(644)</u>	<u>78</u>
Aumento (redução) contas do ativo		
Adiantamento a fornecedores	(15.431)	-
Despesas antecipadas	<u>(53)</u>	<u>-</u>
Aumento (redução) contas do passivo		
Impostos taxas e contribuições a recolher	<u>13</u>	<u>16</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>(16.115)</u>	<u>94</u>
Integralização de capital	6.350	11.099
Operações com mutuos	<u>(1.398)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades de financiamento	<u>4.952</u>	<u>11.099</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(11.163)</u>	<u>11.193</u>
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	11.194	1
No fim do exercício	<u>31</u>	<u>11.194</u>
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	<u>(11.163)</u>	<u>11.193</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras **(Companhia em fase pré-operacional)**

(Em Milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia, com sede em Maracanaú, Estado do Ceará, foi constituída em 02 de junho de 2010 e até a presente data não entrou em fase operacional. A Companhia sagrou-se vencedora em leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e já obteve autorização para implantação e exploração do seu parque eólico, quando entrará em fase operacional.

A Companhia tem por objeto social a geração, como produtor independente, de energia elétrica, a partir de fontes alternativas, predominantemente a eólica, destinada à comercialização na modalidade de produção independente de energia; e para consecução do objeto social, a implantação, administração e operação de centrais geradoras, bem como o desenvolvimento de projetos, a prestação de serviços de consultoria.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e no decorrer desta fase, e seus acionistas cobrem as suas necessidades de caixa.

2 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 5 de março de 2013.

a. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado em nota explicativa específica.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social foram apurados de acordo com a sistemática denominada “ Lucro Presumido”, sendo que, o imposto de renda foi calculado sobre a

presunção de 32% da receita bruta pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 240.000 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social, foi computada sobre a presunção de 32% sobre a alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência. As provisões de imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido referentes às receitas financeiras, não foram efetuadas, haja vista, a permissão de reconhecimento futuro conforme consta do parágrafo 9 inciso II do artigo 55 da lei n 1022/2010 (no caso de pessoa jurídica tributada com base do lucro presumido ou arbitrado).

e. Provisões e passivos contingentes

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

O passivo contingente é uma obrigação possível, mas incerta, ou uma obrigação presente que não é reconhecida porque não atende as condições para ser uma provisão. As contingências passivas classificadas como perda possível são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação.

f. Apropriação de receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações estão incluídas nas notas explicativas.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

4 Caixas e equivalentes de caixa

	2012	2011
Banco conta movimento	31	1.118
Aplicações financeiras	-	10.076
	<u>31</u>	<u>11.194</u>

5 Adiantamento a fornecedores

	2012	2011
Adiantamento a fornecedores	<u>15.431</u>	<u>-</u>

Os saldos relacionados a adiantamento a fornecedores referem-se a antecipação de valor para compra de aerogeradores, que serão utilizados para exploração das áreas utilizadas pela Companhia

6 Crédito com pessoas ligadas

	2012	2011
Adiantamento a fornecedores	<u>1.437</u>	<u>-</u>

A companhia possui dois contratos de mutuo junto as Companhias Nova Asa Branca I e Nova Asa Branca II R\$ 1.437 (mil quatrocentos e trinta e sete reais), firmados em 28 de setembro de 2012.

7 Patrimônio líquido

Conforme Ata de Assembléia Extraordinária, realizada em 02 de junho de 2010, foi subscrita a totalidade do capital da Sociedade pelos acionistas, no valor de R\$ 10.000 (dez mil reais), representado por 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, emitidas pelo valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

Em 31 de dezembro de 2012 o capital social da Companhia está constituído por 17.450.000 (dezesete milhões, quatrocentos e cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço unitário de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

a. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas: (i) a Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva; (ii) em cada exercício será realizada distribuição de um dividendo não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado nos termos da lei.

3

8 Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15% (quinze por cento), acrescidas do adicional de 10% (dez por cento) sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (duzentos e quarenta reais) para imposto de renda e 9% (nove por cento) sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% (trinta por cento) do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou à itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

9 Despesas Operacionais

As despesas gerais e administrativas são compostas por serviços de consultoria decorrentes de projetos de energia eólica e tarifas bancárias.

10 Receitas financeiras

As receitas financeiras são decorrentes dos rendimentos da aplicação financeira e são tributadas no momento do resgate. As receitas financeiras no período foram de R\$ 662.

11 Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia possui ativos financeiros representado por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer

Garantias

A Companhia não tem ativos dados em garantia em 31 de dezembro de 2012.

Instrumentos financeiros e depósitos em bancos

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avaliadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

12 Provisões para demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extras judiciais.

13 Partes relacionadas

Houve no período a adesão de dois contratos de mutuo junto as Companhia Nova Asa Branca I e Nova Asa Branca II, conforme mencionado na Nota Explicativa 6.

Adicionalmente, não houve qualquer remuneração paga aos Srs. Mário Alencar Araripe e ao Lucas Bezerra Araripe, pessoal-chave da administração da Companhia.

14 Tributação

Os rendimentos auferidos com aplicação financeira serão adicionados ao lucro presumido somente por ocasião da alienação, resgate ou cessão do título ou aplicação (regima de caixa) conforme estabelecido na Instrução Normativa 1022/2010 de 5 de abril de 2010.